

Marcelo Magalhães Peixoto  
Caio Cesar Nader Quintella

COORDENADORES

# JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

aspectos tributários e societários

(COLEÇÃO IMPOSTO DE RENDA)

## AUTORES

Alexandre Evaristo Pinto	Jimir Doniak Jr.
Antonio Carlos Guidoni Filho	Junia Roberta Gouveia Sampaio
Bruno Cesar Fettermann N. dos Santos	Kauê Guimarães Castro e Sousa
Bruno Fajersztajn	Letícia Rodrigues Sugahara
Caio Cesar Nader Quintella	Luciana Ibiapina Lira Aguiar
Carlos Augusto Daniel Neto	Luís Eduardo Schoueri
Claudio Fabricio Lima	Marcelo Magalhães Peixoto
Diogo Ferraz	Marina Magalhães Serrano
Edison Carlos Fernandes	Miguel Delgado Gutierrez
Edmar Oliveira Andrade Filho	Natanael Martins
Elidie Palma Bifano	Ramon Tomazela Santos
Fabiana Carsoni Fernandes	Renato Nunes
Fabio Pereira da Silva	Ricardo Mariz de Oliveira
Fernanda Yumi Nakai	Thais Romero Veiga Shingai
Fernando Brasil de Oliveira Pinto	Victor Lyra Guimarães Luz
Isaías Luz da Silva	



**MP**  
EDITORA

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
DAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA DISTRIBUIÇÃO DESPROPORCIONAL DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	17
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
1 Introdução	17
2 Da distribuição desproporcional de lucros	18
3 Da distribuição desproporcional de juros sobre o capital próprio	23
4 Conclusões	25
5 Referências	27
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E A TRIBUTAÇÃO DAS SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	29
<i>Antonio Carlos Guidoni Filho</i>	
1 Objeto do artigo	29
2 Conceito e natureza jurídica dos JCP	30
3 Tributação dos lucros e receitas provenientes de benefícios fiscais (subvenções para investimento)	37
4 A SC 11/2022	43
5 Conclusões	47
6 Referências	48
JCP “RETROATIVOS”: LIMITE TEMPORAL E OUTROS TEMAS AINDA NÃO DISCUTIDOS	49
<i>Bruno Fajersztajn</i>	
<i>Victor Lyra Guimarães Luz</i>	
1 Introdução	49
2 Premissas teóricas: a possibilidade de pagamento de juros sobre o capital próprio calculados com base em patrimônio líquido de períodos anteriores	50
3 Limite temporal para o cálculo dos JCP “retroagir” – há decadência de exercício do direito de cálculo dos JCP em relação a exercícios pretéritos?	61

4 Possibilidade de cálculo de JCP com base em contas de patrimônio líquido de período em que a pessoa jurídica era tributada com base no lucro presumido	64
5 Aspectos práticos: como calcular os limites dos JCP	67
6 Conclusões	71
7 Referências	71

A DEDUTIBILIDADE DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO EXTEMPORÂNEOS COMO (MAIS) UMA SIMPLES QUESTÃO DE LEGALIDADE E COMPETÊNCIA REGULAMENTAR DO PODER EXECUTIVO	73
--	----

*Caio Cesar Nader Quintella*

1 Breve introdução e contextualização do tema	73
2 O <i>embate</i> sobre a dedução extemporânea dos juros sobre o capital próprio	77
3 A questão da legalidade e da limitação da competência regulamentar do Poder Executivo	78
4 O entendimento do CARF sobre o tema	81
5 O entendimento dos tribunais judiciais sobre o tema	85
6 Considerações conclusivas	88
7 Referências	89

DEDUTIBILIDADE FISCAL DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO PAGOS "RETROATIVAMENTE": UMA ANÁLISE CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA DO CARF	91
--	----

*Carlos Augusto Daniel Neto*

*Fernando Brasil de Oliveira Pinto*

1 Introdução	91
2 Breves considerações sobre os JCP e delineamento do problema	92
3 A jurisprudência do CARF acerca dos JCP retroativos e análise dos argumentos do debate	96
4 Análise crítica da posição firmada no Acórdão n. 9101-005.757	106
5 Conclusão	108
6 Referências	109

DISTRIBUIÇÃO DESPROPORCIONAL DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO: UMA ANÁLISE SOCIETÁRIA E TRIBUTÁRIA	111
<i>Claudio Fabricio Lima</i>	
<i>Diogo Ferraz</i>	
<i>Fernanda Yumi Nakai</i>	
1 Introdução	111
2 A distribuição desproporcional de JCP sob o aspecto societário	112
3 A distribuição desproporcional de JCP sob o aspecto tributário: análise crítica da jurisprudência do CARF	118
4 Conclusão	128
5 Referências	129
NATUREZA JURÍDICA DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E DUAS CONSEQUÊNCIAS TRIBUTÁRIAS	131
<i>Edison Carlos Fernandes</i>	
1 Introdução	131
2 Natureza dos juros sobre o capital próprio (JCP)	132
2.1 Juros pagos aos sócios	132
2.2 Possibilidade de pagamento de JCP em situação de prejuízo	134
2.3 Reconhecimento contábil dos JCP de maneira semelhante aos dividendos	136
3 Duas consequências tributárias da natureza financeira dos JCP	139
3.1 Subvenção de investimento e base dos JCP	139
3.2 Incidência de PIS/Cofins sobre receita de JCP	141
4 Conclusão	143
5 Referências	143
QUANDO O PAGAMENTO DE JUROS SOBRE O CAPITAL SE TORNA OBRIGATÓRIO: NOTAS SOBRE A MANIFESTAÇÃO DA VONTADE DAS PESSOAS JURÍDICAS	145
<i>Edmar Oliveira Andrade Filho</i>	
1 Introdução	145
2 Autonomia da pessoa jurídica	146
3 Implicações jurídicas da função social e econômica da personalização	148
4 Condições de validade da manifestação da vontade da pessoa jurídica	149

5 O abono de juros sobre o capital depende da manifestação válida da vontade da pessoa jurídica	155
6 Conclusão	157
7 Referências	158

## DEDUTIBILIDADE DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO – JCP ACUMULADOS E O REGIME CONTÁBIL DE COMPETÊNCIA

161

*Elidie Palma Bifano*

1 Introdução	161
2 Breves comentários sobre o instituto dos JCP	164
3 Os juros: aspectos essenciais	167
4 O regime contábil de competência	168
4.1 Conceituação	168
4.2 Receitas e despesas	170
4.3 O Imposto sobre a Renda e o regime de competência contábil	171
5 O registro e a dedução da despesa de JCP	173
5.1 A Lei n. 9.249, os JCP e sua aplicação	173
5.2 O período de competência contábil dos JCP	174
5.3 A origem do debate sobre o regime de competência contábil e os JCP	175
5.4 A atual posição do STJ	176
5.5 A improcedência do argumento de ofensa ao regime de competência na declaração de JCP acumulados	178
6 Conclusões	180
7 Referências	181

## DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO DESPROPORCIONAL À PARTICIPAÇÃO DO SÓCIO OU ACIONISTA NO CAPITAL SOCIAL

183

*Fabiana Carsoni Fernandes*

1 Introdução	183
2 Colocação do tema	183
3 O Acórdão n. 1301-000480 (“Caso Hyva”)	188
4 Natureza jurídica dos JCP	194
5 A distribuição de JCP desproporcionais à participação do sócio ou acionista no capital social	203

6 Conclusões	212
7 Referências	213

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO: TRATAMENTO JURÍDICO-CONTÁBIL E REFLEXOS NA TRIBUTAÇÃO PELO IRPJ E PELA CSLL SOBRE AS SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	217
---	-----

*Fabio Pereira da Silva*

*Kauê Guimarães Castro e Sousa*

1 Introdução	217
2 Breve contexto histórico-normativo	218
3 Aspectos normativos dos juros sobre o capital próprio	221
4 Natureza jurídica dos "JCP" na doutrina e na jurisprudência pátrias	224
5 Subvenções para investimentos e reflexos tributários no pagamento dos juros sobre o capital próprio	233
6 Conclusões	238
7 Referências	240

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E SEU CÁLCULO: APLICAÇÃO DA TJLP OU DA TLP?	245
---	-----

*Jimir Doniak Jr.*

1 Introdução	245
2 Juros sobre capital próprio e a posterior criação da TLP	245
3 A violação à razoabilidade como congruência e ao próprio art. 9º da Lei n. 9.249/1995	251
4 Conclusões	257
5 Referências	257

OS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO DE PERÍODOS ANTERIORES NA JURISPRUDÊNCIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS – CARF	259
---	-----

*Junia Roberta Gouveia Sampaio*

1 Introdução	259
2 A natureza jurídica dos juros sobre o capital próprio	260
3 Análise do Acórdão 9101-003.065	263
4 Análise do Acórdão n. 9101-005.810	268

5 Análise crítica das decisões	271
6 Referências	276

TRIBUTAÇÃO INTEGRADA DA RENDA: JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO, UM INSTRUMENTO TÃO VALIOSO QUANTO INCOMPREENSÍVEL	277
---	-----

*Luciana Ibiapina Lira Aguiar*

1 Introdução	277
2 O desafio de elaborar uma matriz tributária justa e eficiente: uma digressão prévia necessária	278
3 JCP: um resgate necessário de sua origem, natureza e função no ordenamento jurídico brasileiro	281
3.1 Resgatando a origem: JCP são despesa necessária e não incentivo fiscal	281
3.2 Resgatando a natureza: JCP são proventos ao acionista, que não se confundem com dividendos	284
3.3 Resgatando a função: JCP são parte integrante da política de remuneração a acionistas ("política de <i>payout</i> ") das companhias como elemento incremental	287
3.3.1 Estudos envolvendo as políticas de <i>payout</i> : governança, finanças, tributação e outros que tais	288
4 JCP e as controvérsias tributárias	294
5 Conclusão	297
6 Referências	298

CONTRIBUIÇÃO A RESPEITO DA JURISPRUDÊNCIA DO CARF SOBRE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO RETROSPECTIVOS À LUZ DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE	301
--	-----

*Luís Eduardo Schoueri*

*Bruno Cesar Fettermann Nogueira dos Santos*

1 Introdução	301
2 O posicionamento majoritário do CARF contrário ao pagamento de JCP retrospectivos	303
3 As justificativas de ordem jurídica e econômica dos JCP	305
3.1 JCP como instrumento de remuneração de capital e meio de concretização do princípio da igualdade	306

3.2 As justificativas econômicas dos JCP e seu paralelo com o <i>Allowance for Corporate Equity</i>	310
4 Corolário: necessária dedutibilidade de JCP retrospectivos	314
5 Demais argumentos	317
6 Conclusões	321
7 Referências	322
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E A SUA TRIBUTAÇÃO	329
<i>Miguel Delgado Gutierrez</i>	
<i>Marcelo Magalhães Peixoto</i>	
1 Introdução	329
2 Natureza jurídica dos juros sobre o capital próprio e a sua tributação	332
3 A jurisprudência a respeito do tema	339
4 Conclusões	342
5 Referências	342
OS EFEITOS TRIBUTÁRIOS DECORRENTES DO PAGAMENTO RETROATIVO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	345
<i>Natanael Martins</i>	
<i>Marina Magalhães Serrano</i>	
1 Introdução	345
2 Evolução histórica do tema	345
3 A natureza jurídica dos juros sobre o capital próprio	348
4 A apuração e o pagamento de juros sobre o capital próprio: dedutibilidade para fins de IRPJ e CSLL	352
5 Possibilidade de pagamento retroativo ou acumulado	354
6 Conclusões	363
7 Referências	363
OS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JCP) NOS ACORDOS DE BITRIBUTAÇÃO	365
<i>Ramon Tomazela Santos</i>	
1 Introdução	365
2 Aspectos gerais dos JCP	366



3 A controvérsia acerca da classificação dos JCP nos acordos de bitributação	370
3.1 Os acordos de bitributação com previsão expressa no protocolo	370
3.2 A classificação dos JCP como dividendos	372
3.3 Classificação dos JCP como juros	381
4 Conclusões	393
5 Referências	393

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO: ALGUNS ASPECTOS TRIBUTÁRIOS SOBRE O SEU PAGAMENTO A INVESTIDORES NÃO RESIDENTES	399
--	-----

*Renato Nunes*

*Isaías Luz da Silva*

1 Considerações iniciais sobre a figura dos juros sobre o capital próprio	399
2 Natureza jurídica dos juros sobre o capital próprio	402
3 Aspectos tributários do pagamento de JCP a sócio não residente	409
3.1 Tratados internacionais	411
4 Conclusões	412
5 Referências	413

JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO – NATUREZA, LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA	415
---	-----

*Ricardo Mariz de Oliveira*

1 Natureza jurídica dos juros sobre o capital próprio	415
2 Consequências da natureza jurídica dos juros sobre o capital próprio e dos efeitos jurídicos que deles emanam	418
3 Breve incursão na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	427

JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO: NATUREZA JURÍDICA CONTROVERSA E TRATAMENTO CONFERIDO NOS ACORDOS INTERNACIONAIS PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO	431
---	-----

*Thais Romero Veiga Shingai*

*Letícia Rodrigues Sugahara*

1 Introdução	431
2 Natureza jurídica dos JCP	433

3 Acordos internacionais para evitar a dupla tributação	437
3.1 Conceito de dividendos nos acordos internacionais celebrados pelo Brasil	439
3.2 Conceito de juros nos acordos internacionais celebrados pelo Brasil	441
3.3 Reflexos da ausência de qualificação dos JCP nos acordos internacionais	442
4 Conclusão	444
5 Referências	446